



Prefeitura Municipal de Capão do Leão
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Compras e Licitações

PARECER JURÍDICO Nº 081/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 150/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0xx/2026

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Educação (SME) e Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE)

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de cargas de gás de cozinha (Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, P13 kg e P45 kg)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica acerca da instrução do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS, visando à eventual aquisição de cargas de gás de cozinha (botijões P13 kg e P45 kg).

A demanda foi formalizada por meio do **Memorando nº 326/2026** emitido pelo Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE/SME), visando suprir a necessidade de consumo das escolas municipais, secretarias, Casa da Criança e do Adolescente, CAPS – Casa Vida e demais dependências públicas do Município.

Os autos do processo administrativo encontram-se instruídos com os seguintes documentos principais:

1. **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, delimitando a necessidade pública, o histórico de consumo prévio e a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto por item;
2. **Termo de Referência (Anexo I)**, detalhando os quantitativos mínimos e máximos, as especificações técnicas, condições de fornecimento e penalidades;

3. **Relatório de Cotação de Preços**, fundamentado em pesquisa extraída no sistema Banco de Preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
4. **Portaria Municipal nº 475/2026**, responsável por designar os servidores titulares e suplentes encarregados da fiscalização do contrato;
5. **Minuta de Edital de Pregão Eletrônico nº 0xx/2026** e seus anexos, contemplando a Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e a Minuta Contratual (Anexo VI).

II. ANÁLISE JURÍDICA

1. Da Modalidade Licitatória, Modo de Disputa e Julgamento

A opção pela modalidade **Pregão, na sua forma eletrônica**, está juridicamente amparada nos arts. 6º, XLI, 17, § 2º, e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação tem como objeto o fornecimento de bens de consumo enquadrados como **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, sendo adequada para atender a contratações futuras e parceladas. O critério de julgamento fixado é o de **menor preço por item**, e o modo de disputa definido é o **aberto/fechado**.

2. Do Tratamento Diferenciado (Exclusividade ME/EPP)

O Edital prevê que a licitação será **exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. A medida atende perfeitamente à legislação regente, porquanto o valor estimado para cada item individual da licitação não ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00:

- **Item 1 (Carga Gás P13 kg):** Estimativa total de R\$ 22.379,40 (180 unidades a R\$ 124,33/un.);
- **Item 2 (Carga Gás P45 kg):** Estimativa total de R\$ 76.417,25 (175 unidades a R\$ 436,67/un.).

3. Da Pesquisa de Mercado e Valor Estimado

O valor global estimado da contratação perfaz **R\$ 98.796,65**. A pesquisa de preços cumpriu as diretrizes do Decreto Municipal nº 038/2023 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando dados de compras governamentais recentes no estado do Rio Grande do Sul disponibilizados no PNCP e sistemas oficiais.

4. Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica

A exigência de documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista guarda estrita conformidade com o art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Para a **qualificação técnica**, o edital exige acertadamente:

- **Registro atualizado na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);**
- **Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI)** expedido pelo Corpo de Bombeiros ou Certificado de Licenciamento (CLCB) para revenda de risco Classe I.

No tocante à **qualificação econômico-financeira**, a apresentação do balanço patrimonial foi dispensada com respaldo no Decreto Municipal nº 063/2026, dado que os itens não excedem R\$ 300.000,00, exigindo-se tão somente a certidão negativa de falência com emissão de até 60 dias.

5. Da Vedação expressa à Adesão por Órgãos Não Participantes ("Carona")

Consta do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e das Minutas do Edital e da Ata a **vedação expressa à adesão (carona) por órgãos ou entidades externas**. A proibição é plenamente legítima, visto que a dimensão do quantitativo licitado foi dimensionada exclusivamente para suprir a demanda da rede municipal.

6. Da Gestão e Fiscalização Contratual

Em cumprimento ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o acompanhamento e a fiscalização da ata/contrato foram devidamente formalizados por meio da **Portaria nº 475, de 09 de outubro de 2026**. Foram formalmente designados fiscais titulares e suplentes para as Secretarias demandantes (SME, SMS e SMCAS).

7. Das Condições de Entrega e Vigência

- **Prazo de entrega:** Em até 24 horas a contar da solicitação/empenho, no local designado, sem ônus para o Município.
- **Vigência da Ata de Registro de Preços:** 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, sendo passível de prorrogação por igual período com renovação de quantitativos.

III. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, sob o prisma estritamente jurídico-formal, conclui-se que o procedimento licitatório relativo ao **Pregão Eletrônico SRP nº 0xx/2026** encontra-se **devidamente instruído e em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos Municipais vigentes.**

Para o regular prosseguimento do feito, recomendam-se as seguintes providências administrativas prévias à publicação:

1. **Preenchimento dos campos em aberto no Edital:** Inserir a data, horário do certame e número definitivo do pregão;
2. **Certificação Orçamentária:** Realizar a formalização da disponibilidade ou indicação de créditos orçamentários por ocasião de cada futura contratação/empenho decorrente da Ata;
3. **Publicidade:** Promover a devida publicação e divulgação do Edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município.

É o parecer.

Capão do Leão, 21 de outubro de 2026.

Alzira Corina
Silveira

 Assinado de forma digital por
Alzira Corina Silveira
Dados: 2026.10.21 08:46:19 -03'00'